

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2019 da MSE – SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONTAGENS LTDA.

A sociedade avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2019	2018
3. Despesas operacionais		
a) Administrativas		
Benefícios e encargos de folha de pagamento	(474)	(491)
Viagens	(51)	(56)
Propaganda e publicidade	(33)	(30)
Outras despesas operacionais	(62)	(82)
Total	(620)	(659)
b) Outras despesas operacionais, líquidas		
Provisão de processos judiciais	(585)	(731)
Reversão de depósito judicial	80	17
Outras receitas (despesas) operacionais	1	(3)
Total	(504)	(717)
4. Resultado financeiro		
Exercícios findos em		
31 de dezembro de		
2019	2018	
Recitas financeiras		
Atualização de depósitos judiciais positiva	-	37
Atualização monetária e juros de contingências positiva	-	233
	-	270
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2)	(27)
Atualização de depósitos judiciais negativa	(270)	-
Atualização monetária e juros de contingências negativa	(143)	-
Juros, multas e taxas	(1)	(2)
	(416)	(29)
Resultado Líquido	(416)	241

5. Tributos sobre o lucro: a) Tributo diferido - Em 2019, a Sociedade assinou um termo aditivo ao contrato de cessão onerosa de créditos fiscais, concluindo que do montante de R\$23.406 vendido para sua parte relacionada Vale S.A., R\$1.065 já havia sido utilizado na apuração de tributos sobre o lucro em anos anteriores, sendo desta forma possível de ser deduzido pela Vale S.A. dos pagamentos a serem realizados conforme previsão inicial em contrato. A consequência para a Sociedade ao longo de 2019 será a baixa parcial de seu contas a receber, uma vez que não existe mais a possibilidade de utilização do total de créditos antes vendidos pela Sociedade.

6. Processos judiciais: A Sociedade é parte envolvida em ações trabalhistas e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Sociedade, amparada pela opinião de consultores legais. Passivos contingentes consistem em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda não é classificada como possível, as quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Sociedade, baseado nos consultores legais. Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Processos trabalhistas	1.279	2.241	155	495	192	2.034
Processos ambientais	-	-	3	3	-	-
Total	1.279	2.241	158	498	192	2.034

7. Adiantamento para futuro aumento de capital: Referem-se à contribuição de recursos feita pela controladora Vale. A prerrogativa de aumentar capital é da Vale e não existe um número fixo de ações a ser convertida. Os recursos têm como objetivo o futuro aumento de capital da Sociedade, por meios de deliberação de Assembleia Geral Ordinária - AGO/Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	500
Adiantamento	2.026
Integralizações - 13ª alteração do contrato social de 19 de outubro de 2018	(1.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.132
Adiantamento	780
Integralizações - 14ª alteração do contrato social de 11 de julho de 2019	(1.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	544

8. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é de R\$94.408 (R\$93.040 em 2018) correspondendo a 94.408.472 quotas, totalmente integralizadas e no valor de R\$1 (um real) cada. Em julho de 2019, os quotistas aprovaram o aumento de capital social da Sociedade no montante de R\$1.368.406,00 mediante

emissão de 1.368.406 quotas (14ª alteração contratual).

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
9. Transações com partes relacionadas				
Vale S.A.	22.341	23.406	1.909	1.924
Total	22.341	23.406	1.909	1.924

A Sociedade possui contas a receber referente a venda de créditos fiscais realizada em novembro de 2013 com partes relacionadas. Em 2019, a Sociedade realizou a baixa do valor de R\$1.065, restando o montante de R\$22.341 a ser recebido. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia inadimplência no contas a receber com partes relacionadas. O saldo de contas a pagar com partes relacionadas refere-se basicamente a pagamentos de depósitos judiciais de responsabilidade da MSE efetuados pela Vale S.A., em função de falta de recursos no caixa da MSE.

	Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
10. Classificação dos instrumentos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	109	12
Contas a receber - partes relacionadas	22.341	23.406
Total dos ativos financeiros	22.450	23.418
Contas a pagar - partes relacionadas	1.909	1.924
Fornecedores	5	13
Total dos passivos financeiros	1.914	1.937

11. Sumário das principais políticas contábeis: a) Moeda funcional - As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("BRL" ou "R\$"), que é a moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade opera ("moeda funcional"). Todas as operações são realizadas em R\$. **b) Instrumentos financeiros** - A Sociedade classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data-base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Processos judiciais** - Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **d) Adiantamento para futuro aumento de capital** - São contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade e classificados como instrumentos financeiros até que aumento de capital seja deliberado e aprovado em assembleia geral.

12. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Sociedade. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas. Resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. Considerando a natureza e a complexidade das operações da Sociedade, na opinião da Administração, as estimativas contábeis e julgamentos feitos no curso da preparação dessas demonstrações financeiras não são subjetivas ou complexas em um grau que requeresse sua descrição como crítica.

a) Processos judiciais - Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. Gestão de riscos: a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. **b) Gestão de risco de crédito** - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável. (i) **Gestão de risco de crédito de recebíveis** - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. (ii) **Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros** - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

DIRETORIA

Pedro Paulo Soares Pimentel
Administrador

Aurilio Oliveira de Sousa
Administrador

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Anderson Teixeira Moreira
Contador
CRC-RJ 104207/O-5

Jander Costa da Silva
Gerente de
Controladoria

Protocolo: 541164